

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE HISTÓRIA NO CENTRO DE ENSINO ARLINDO FERREIRA DE LUCENA EM BARRA DO CORDA – MARANHÃO

Luiz Carlos Rodrigues da Silva¹

Resumo: Pretendemos, neste artigo, discutir a proposta de Educação Patrimonial no Ensino de História em uma pesquisa de mestrado em andamento para oferecer estratégia ao processo de aprendizagem histórica. Embasados nos princípios da metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) para analisar o patrimônio cultural no Mercado Público José Vieira Nepomuceno em Barra do Corda –MA. Iremos fundamentar os estudantes do segundo A do C E Arlindo Ferreira de Lucena sobre atividades de memória, identidade local, patrimônio cultural através dos aportes teóricos e metodológicos do campo do Ensino de História e do método da Educação Patrimonial.

Palavras-chave: Ensino de História. Aprendizagem histórica. Pesquisa histórica.

Abstract: In this article, we intend to discuss the proposal of Heritage Education in History Teaching in an ongoing Master's research to offer strategy to the historical learning process. Based on the principles of action research methodology (THIOLLENT, 2011) to analyze cultural heritage at José Vieira Nepomuceno public Market in Barra do Corda –MA. We will base the students of the second A of C E Arlindo Ferreira de Lucena on activities of memory, local identity, cultural heritage through theoretical and methodological contributions from the field of History Teaching and the Heritage Education method.

Keywords: Teaching History. Historical learning. Identity. Historical research.

INTRODUÇÃO

O artigo em pauta refere-se à pesquisa em andamento para a escrita da minha dissertação de Mestrado no ProfHistória, pela Universidade Federal do Tocantins –UFT, *Campus*

¹ Professor da Educação Básica da rede estadual da cidade de Barra do Corda-MA. Acadêmico do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, *Campus* de Araguaína. E-mail: solracro9@gmail.com

Recebido em 01/03/2020
Aprovado em 10/03/2020

Araguaína, através da qual proponho uma estratégia de ensino de História por meio da Educação Patrimonial e da preservação dos diversos lugares de Memória, buscando objetivar a prática de ensinar a História Local utilizando a metodologia Educação Patrimonial no espaço do Mercado Público Municipal *José Vieira Nepomuceno* de Barra do Corda –MA, com a turma do Segundo ano A, Etapa Ensino Médio, no Centro de Ensino Arlindo Ferreira de Lucena.

O ProfHistória tem como área de concentração o “Ensino de História”. O Ensino de História tem múltiplas perspectivas didáticas e epistemológicas e a definição de sua funcionalidade seria uma tarefa difícil e com um resultado que estaria aberto a muitas objeções. Sabe-se que a própria definição sobre “o que é História” nunca encontrou um consenso entre os historiadores. O Ensino de História ocupa um lugar não demarcado entre a Teoria da História, a legislação educacional e definição curricular, o conhecimento prévio dos estudantes, a realidade da comunidade escolar, a experiência docente e a transposição didática. Sendo esta última um dos grandes desafios, uma vez que o ensino de história não pode ser visto como mero resumo do saber acadêmico. Nesta períclope e levando em consideração que a História se nutre da dinâmica social, é justo que o resultado da sua produção, o conhecimento histórico, retorne e sirva de alguma forma aos indivíduos nas suas práticas cotidianas.

No contexto hodierno, em que todos os componentes curriculares enfrentam desafios complexos e lutam para se manterem no Currículo Oficial, decorrentes da reforma do Ensino Médio em andamento impregnados de inúmeros embates político-ideológicas sobre qual é a função da história e qual o seu compromisso com o processo de construção do conhecimento histórico, o ensino de História desponta como um meio privilegiado para implementar um dos alicerces da Educação Básica que é promover condições para o exercício do pensamento crítico do educando. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) assertivam claramente a este respeito:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. (BRASIL, 1998).

Os PCNs indicam que uma das ações do processo educacional é agir na construção da cidadania e, neste aspecto, inserir a diversidade presente na cultura brasileira como elemento

integrante do patrimônio sociocultural. Neste sentido, o ensino de história pode contribuir para que o estudante da Educação Básica se prepare para o exercício da cidadania e obtenha condições para reconhecer que as diversas culturas fazem parte da identidade nacional. Seguindo estas concepções, Rebeca Contijo (2009: 63) salienta que o espaço escolar se torna “um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, pois é considerada como lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, como costumes e dogmas religiosos variados, com visões de mundo das mais diversas”.

A população brasileira possui um patrimônio histórico sociocultural que ultrapassa as diferenças culturais e está presente nas dimensões material e imaterial. Compete à comunidade a função de atribuir significados aos elementos presentes na identidade local e coletiva para preservar os seus lugares de memória. Segundo Pierre Nora (1993:21-22) podemos definir lugar de memória da seguinte forma:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testemunho, uma associação de amigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (...). Os três aspectos coexistem sempre. (1993:21-22).

Nora destaca que mesmo um objeto de uso pessoal pode ser considerado um local de memória. O diferencial está se ele for investido de imaginação e lembranças pelo sujeito em relação ao objeto. Neste sentido, a escola deve colaborar para que os estudantes tenham uma formação holística sobre patrimônio histórico cultural, abordando-os para além dos espaços públicos e dando significado de forma coletiva. A identidade cultural do indivíduo e a construção de uma memória emocional ligada ao local vai sendo forjada pelo conhecimento do Patrimônio sociocultural.

O antropólogo austríaco Michel Pollack (1992: 201) busca em seus trabalhos compreender as relações entre memória e identidade social, também nos fornece subsídios teóricos bastante valiosos sobre o conceito de memória. Dentre eles podemos destacar a sua explanação dos elementos constitutivos da memória:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (...) Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas, personagens*. Além dos acontecimentos e dos personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança (...).

Ao considerar que esses elementos – acontecimentos, pessoas/personagens e lugares – podem ter sido experienciado tanto diretamente por uma pessoa, quanto pelo que ele denomina de “vividos por tabela”, Pollack aponta, fundamentado em Maurice Halbwachs, para uma característica essencial da memória, que é ser individual e, principalmente, coletiva/social. Ambas interligadas entre si e em constante diálogo.

A realidade de Barra do Corda – Maranhão não possibilita a realização da Educação Patrimonial em locais oficialmente caracterizados como patrimônio cultural pelo fato de não existir uma lei de tombamento dos bens materiais e imateriais da cidade. Diante deste impedimento, a alternativa viável é trabalhar com patrimônio não oficial e que tem significado para as pessoas que ali circulam. Assim, a pesquisa se propõe colher no espaço público municipal, conhecido pelos habitantes de Barra do Corda –MA como *Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno*, vivências pessoais e coletivas identificáveis na cultura local e no cotidiano de diferentes sujeitos.

O Ensino de História, que emerge a partir do início do século XXI, como campo de investigação historiográfica, compreende um amplo leque de perspectivas de abordagem investigativa ao ofício do historiador. Assim, delimitamos o viés temático deste trabalho no prisma da pesquisa histórica como estratégia de Ensino Local, utilizando-se como conteúdo base a Educação Patrimonial.

A relevância acadêmica desta pesquisa mostra-se significativa pelo fato de possuir forte teor de originalidade, pois, a partir da revisão bibliográfica foi possível identificar uma lacuna na historiografia dessa temática sob a nuance do campo do Ensino de História.

PATRIMÔNIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PERTINENTES

Antes de qualquer abordagem queremos localizar o espaço de enunciação dessa pesquisa: o campo do Ensino de História, que surge a partir do início do século XXI e dá origem à área

de concentração do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino de História. Esse campo tem se preocupado em discutir as problemáticas do processo social de formação histórica dos sujeitos nos ambientes escolares e não escolares.

Na construção desse trabalho partimos do pressuposto de que a Educação Patrimonial traz consigo reflexões que perpassam a prática e a teoria, mostrando aos estudantes um encontro com o mundo material, ou seja, a expressão da cultura material interiorizada em diferentes documentos históricos, isto é, edifícios, igrejas, praças, ruas, feiras, mercados, propondo ações que possam ser realizadas e oportunizem um ensino de História significativo na Educação Básica.

O conceito de patrimônio foi e é construído socialmente. Etimologicamente a palavra remete à antiguidade romana fazendo alusão à herança, propriedade e bens familiares do *pater*. Quando falamos de patrimônio, nos vem à mente uma noção puramente econômica, haja vista que o seu emprego como bem cultural é recente.

A forma de proteger os vestígios da antiguidade que tivesse uma relação com a memória da nação tem sua origem na França após a revolução de 1789. A partir daí o patrimônio assume um caráter institucional e passa a ser inserido em um projeto maior. O governo revolucionário almejava apagar as referências alusivas ao Absolutismo e ressignificando os antigos e propondo novos símbolos. Dessa maneira, as relíquias, as obras de arte, os monumentos e qualquer objeto contendo valor histórico, passam a fazer parte de discursos e intencionalidades em um corpo jurídico, presentes também nos conflitos de memórias. Este momento faz parte do fortalecimento dos Estados Nacionais, que esperavam encontrar características que justificassem e legitimassem o seu papel de impor para os outros continentes o seu modelo de civilização. No contexto do processo de construção dos Estados Nacionais, o Patrimônio Histórico foi se construindo e se consolidando.

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que legitimou a noção de patrimônio após a Conferência Geral da UNESCO, em Paris – França, entre os dias de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Nesta conferência foi definida a seguinte concepção de patrimônio cultural:

O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjunto de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a

identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (...). A Convenção definiu também que o Patrimônio Natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiológicas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Nesse sentido, a Lista de Patrimônio Mundial reside na conformação de um patrimônio comum, partilhado entre todos os países. (IPHAN. 2019).

No Brasil, a proteção ao patrimônio precede a criação da ONU e da UNESCO e está vinculado à criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 13 de janeiro de 1937, por Getúlio Vargas (1930-1945). O IPHAN vem desenvolvendo trabalhos de conservação, proteção e valorização de sítios arqueológicos, do patrimônio de natureza material e imaterial em parcerias com comunidades locais, universidades, governos, iniciativas privadas e pessoas interessadas na preservação dos bens culturais.

O conceito de Patrimônio Cultural é central e basilar em nossa pesquisa. Segundo o *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial* da autora Evelina Grunberg (2007: 04) e veiculado pelo IPHAN, Patrimônio Cultural:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo do tempo, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc.

Fica evidente que a comunidade tem um papel fundamental para atribuir sentido sobre o patrimônio cultural. Para tanto é imprescindível a inserção de ações educativas que tenham como escopo despertar o interesse dessa coletividade sobre a memória, as diversas manifestações e sobre as produções locais. São essas ações educativas que denominamos de Educação Patrimonial. Medeiros e Surya (2012) assertivam que:

A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a

atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. Sem dúvida, a educação patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e da comunidade, e à valorização de sua cultura. (279).

O conceito de patrimônio histórico cultural vem passando por novos significados ao longo dos anos. Sobre o patrimônio cultural brasileiro a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-Lei n. 15, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro e assertiva: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Fica explícito na Constituição Brasileira de 1988 o enfoque sobre o patrimônio socialmente construído e as noções inerentes à identidade e memória do povo que formou a nação brasileira. Portanto, é fundamental abordarmos as discussões que dizem respeito à identidade nacional.

Discutir sobre a questão da identidade sempre foi motivo de pesquisa por parte das análises histográficas. A identidade é construída e alterada de acordo com os diversos acontecimentos sociais que a comunidade vive, fazendo dela uma realidade dinâmica e com várias facetas. Azevedo nos explicita de forma bastante esclarecedora essa observação sobre a identidade coletiva:

Deve-se afirmar, portanto, a plasticidade das identidades coletivas, sua natureza móvel, flutuante, mutável. Identidade é uma construção social simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as identidades mostram-se móveis porque são contingentes. Constata-se que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer natureza. (2006: 43).

Pretendemos utilizar nesta pesquisa o conceito de identidade a partir dos sociólogos Zygmunt Bauman e Stuart Hall.

Aqui, concebemos identidade através do pensamento de Stuart Hall (2000) quando afirma que:

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que

podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (108).

O espaço escolar, imbricado na construção da identidade e da cidadania, é apropriado para realizar a discussão sobre Educação Patrimonial, no que concerne à sua constante preocupação em formar cidadãos e cidadãs. Por isso é imprescindível a promoção de uma ação pedagógica que direcione aos estudantes estes conceitos de Patrimônio e sua importância. Assim, é (re) conhecendo a identidade cultural que se passa a valorizar e preservar aquilo que é seu, ou seja, despertar o sentimento de pertencimento do lugar.

PATRIMÔNIO EM DISCUSSÃO

A definição de patrimônio foi ampliada de forma significativa no último meio século. Os bens considerados patrimônio tendiam a ser monumentos individuais e edifícios, como locais de culto ou fortificações, e muitas vezes eram vistos isoladamente, sem nenhuma relação com as paisagens que os rodeavam. Hoje, reconhece-se que o ambiente como um todo é afetado por sua interação com a humanidade e, por isso, pode ser reconhecido como patrimônio. Torna-se ainda mais necessário fazer julgamentos sobre o que tem significado e o que não tem. Inevitavelmente, essa expansão do conceito de patrimônio significou, por sua vez, uma enorme ampliação na gama das estruturas e locais tratados como patrimônio. Na prática, desenvolveu-se um amplo conjunto de tipologias que inclui centros urbanos, sítios arqueológicos, propriedades industriais, paisagens culturais e rotas de patrimônio.

Sobre o uso da palavra “patrimônio”, Maria Ângela Borges Salvadori manifesta que essa

(...) está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos,; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil . (2008: 21).

Ainda de acordo com Salvadori, do ponto de vista dos estudos mais hodiernos, a categoria “patrimônio” tende a aparecer com delimitações muito precisas. É uma categoria individualizada, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético. (2008: 23)

Sobre o patrimônio cultural brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública. (BRASIL, IPHAN, 2019).

No Brasil, o órgão governamental que cuida do patrimônio é o IPHAN, criado como secretaria durante o governo Vargas (1930-1945). O processo/projeto de preservação do patrimônio histórico e consequentemente a criação de um determinado conceito sobre o mesmo, baseava-se na possibilidade de contar a história através do construído, do edificado, do monumental, iniciou-se oficialmente no ano de 1936, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da Nação.

A ideia de patrimônio cultural, a princípio, abrangia apenas a importância histórica do patrimônio material, sendo considerados como patrimônio cultural apenas sítios arquitetônicos e edificações. Para Salvadori, “recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o patrimônio imaterial ou intangível”. (2008:24). Observa-se que essa nova concepção visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas visões mais tradicionais

Indicada essa compreensão de patrimônio cultural, consideramos importante entender a relação entre o Ensino de História e os modos de se ensinar para conhecimento desse patrimônio: a Educação Patrimonial. Compreende-se que a Educação Patrimonial é um método de ensino direcionado para o conhecimento dos significados atribuídos aos elementos constitutivos da memória e identidade, para a valorização dos bens, dos saberes, dos fazeres culturais locais e dos lugares de memória de um grupo social.

ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Imaginar que o “modelo tradicional do ensino de história” (CUNHA, 2011) já foi superado é uma tentativa de deixar de lado as necessárias mudanças que recaem sobre o ensino

de História neste primeiro quartel do século XXI. Ainda é perceptível a permanência de temáticas eurocêntricas, a utilização de metodologias pouco atrativas, focadas no verbalismo e no conteúdo, deixando os estudantes passivos no processo de ensino e aprendizagem e receptores de conteúdos ‘fechados’ da História.

A partir da segunda metade do século XX a História, enquanto disciplina, passou por transformações no sentido de não vislumbrar mais “a missão de incutir nas consciências uma narrativa única glorificando a nação ou a comunidade” (LAVILLE, 1999: 127). Nesta perspectiva, o escopo do ensino de História passou a ser o desenvolvimento da autonomia crítica do estudante a partir da problematização de temáticas de sua realidade.

O processo de construção do conhecimento histórico e o papel de cada um como cidadão no mundo contemporâneo têm sido também a preocupação da área de História desde a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, no ano de 1988. Tratou-se de conceber um ensino de História para além da escola, do saber científico, que pudesse ser realizado em diferentes espaços e que levassem ao pleno desenvolvimento da consciência histórica e no significado do conteúdo. A partir dessa concepção, o ensino de História e o Patrimônio Cultural ganha uma importância significativa e, quando trabalhado em conjunto, costuma-se utilizar o conceito de “Educação Patrimonial”. Ele propicia condições para o trabalho em espaços escolares e não escolares, como a história regional, o saber local e com diversas temporalidades que permitem os objetos e espaços de memória, provocando a reflexão e a iniciativa do estudante para resolver questões de natureza pessoal e coletiva.

Trabalhar de forma articulada o ensino de História, Educação Patrimonial e saber local possibilita a prática de atividades investigativas das inúmeras manifestações culturais, proporcionando aos estudantes uma aprendizagem histórica significativa na vida prática, além da inserção de estudos do local e do regional.

LUGARES E SUJEITOS DA PESQUISA

Barra do Corda é um município do Estado do Maranhão que fica localizado na Mesorregião do Centro Maranhense, mas especificamente na microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Sua origem remonta ao dia 03 de maio de 1835, tendo como fundador o cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchôa. Distrito criado com a denominação de Barra do Corda pela

Lei Provincial N. 368, de 24 de julho de 1854, subordinado ao município de Chapada. Foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial N. 342, de 31 de maio de 1855. O povoado foi emancipado e tornado município em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual N. 820. Em 2018, a população estimada do município era de 87.794 habitantes, segundo informações do IBGE (2018).

Ao se observar de maneira superficial a cidade, tem-se a impressão de que não há preocupação do poder público em preservar prédios, ruas e espaços naturais ou edificados como Patrimônio Histórico Cultural do município e ações desta natureza são ainda escassas no Estado do Maranhão, especialmente nas cidades distante da capital, São Luis. Fora da capital, a exceção é para a cidade de Caxias. Por isso a minha proposta é pesquisar o campo da Educação Patrimonial. Isto é, a construção das noções básicas acerca do que é patrimônio público, patrimônio histórico e patrimônio histórico cultural nas salas de aula do Maranhão, especificamente nas aulas do Componente Curricular História do Centro de Ensino Arlindo Ferreira de Lucena, Etapa Ensino Médio, em Barra do Corda –MA.

O C E Arlindo Ferreira de Lucena foi construído pelo Projeto Alvorada no ano de 2007. A escolha deste educandário como campo de pesquisa se deve ao fato de já sido criado uma simbiose afetiva, local que atuo como docente de História desde 2012, além das boas relações interpessoais com os demais profissionais e do apoio e colaboração da coordenação e gestão em minhas ações. A turma selecionada para realizar as atividades de Educação Patrimonial foi o Segundo Ano A do Ensino Médio, turno matutino.

No decorrer da semana, a partir das cinco horas da manhã, no centro da cidade de Barra do Corda –MA, iniciam as atividades de venda e compra de diversos produtos no Mercado Público Municipal. Construído na gestão do prefeito Edison da Costa Gomes (1960-1965), período em que o município de Barra do Corda vivia um contexto de grande efervescência política e econômica. Surge então o mercado, sendo este espaço para atividades comerciais e trocas culturais. Ao longo dos anos o mercado se transformou em um lugar privilegiado de encontro e de movimentação dos barra-cordenses, atraídos por vários motivos: comprar e vender produtos, desde verduras, legumes, frutas frescas, galinha caipira, pescados, arroz, farinha, temperos naturais, queijo, doces caseiros, artesanatos, entre tantas possibilidades que o espaço dispõe e outros somente para fazer o desjejum matinal em uma das barracas de comida,

que por sinal, com uma variedade de opções que vai do tradicional bolo de tapioca ao cuscuz de arroz ou de milho.

Através das minhas várias visitas e as experiências com o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno, desde a época de adolescente acompanhando a minha mãe para comprar os condimentos para o preparo das refeições semanais ou para tomar um “chá de burro”, na barraca da dona Maria, até tempos hodiernos, e por observar que ali ocorrem ações que vão além da compra e venda de produtos: é um espaço propício para a prática de sociabilidades. Pessoas de faixa etária diversa, convicções religiosas, ideológicas, econômicas e sociais, oriundas de vários pontos da cidade, também da zona rural. É difícil encontrar outro espaço na cidade com tantos elementos socioeconômicos divergentes e que trazem evidências históricas sobre o passado e o presente da cidade e sua história, sendo o Mercado um epicentro de elementos culturais em constante ebulição.

Partindo da premissa que o mercado público municipal é um lugar de entrelaçamento de saberes e fazeres, permeados de práticas produtivas e saberes populares, tanto urbana quanto rural, é que acreditamos que espaço é viável para se trabalhar com a História Local.

Trabalhar o ensino de História tendo como recurso e fonte o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno de Barra do Corda –MA possibilita alargar os debates sobre a Educação Patrimonial através da proposta de pesquisa de campo e em sala de aula. Nessa perspectiva, como um espaço que viabiliza a problematização sobre questões de mudanças temporais que abordam memória e identidades de diferentes sujeitos, entre eles os estudantes, faz do Mercado um espaço de diferentes agentes sociais. Dessa forma, serão reconhecidos outros elementos constitutivos e integrantes da História da cidade presentes no contexto mais amplo e onde os mesmos estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DOS MERCADOS PÚBLICOS NO MUNDO E NO BRASIL

Na cidade de Barra do Corda –MA, o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno foi construído na gestão do prefeito Edison Falcão da Costa Gomes (1960-1965). O Mercado faz parte da história da cidade e as atividades sempre foram voltadas para uma grande variedade de produtos da própria região.

Após a realização de uma breve pesquisa bibliográfica sobre a temática, ficou bastante evidente que o costume de construir mercados é muito antigo. Desde a antiguidade o mercado é parte essencial da vida dos cidadãos e das cidadãs. Na cidade de Roma, entre suas diversas obras arquitetônicas se destaca o *Forum Romanum*. Era o lugar onde os habitantes tinham contato com a vida pública através das mais variadas funções que esse recinto desempenhava, contendo desde os templos de culto como também prédios da justiça. Por meio das assembleias e dos discursos inflamados dos oradores o cidadão romano ficava sabendo sobre o que acontecia na cidade, pois o *Forum Romanum* recebia, de acordo com Mumford (2004:245) “multidões ainda maiores eram atraídas para o centro, a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores em negócios públicos ou em processos privados “.

Depois de séculos do fim do Império Romano do Ocidente (476) e a perda da importância que o comércio teve em favor da economia denominada de subsistência, no século XI os mercados renascem, tendo este aspecto histórico associado aos Renascimento Comercial e Urbano do século XII, pois as feiras e os mercados proporcionaram significativas metamorfoses sociais, econômicas e paisagísticas nas cidades. Vários núcleos urbanos surgiram em torno dessas atividades comerciais e deram origem a instituições, como os bancos e um novo agrupamento social, a burguesia.

Paulatinamente esses núcleos que surgem a partir do comércio e das feiras tornam-se imprescindíveis na vida econômica, social e política. Os mercados tinham por característica seu surgimento e desenvolvimento em áreas centrais da cidade, sendo um lugar privilegiado de encontro (FILGUEIRAS, 2006). Dessa forma, o mercado não é apenas um centro abastecedor de produtos, mas também um lugar de intensa interação social. O mercado é o “centro natural da vida social, pois está no centro de uma vida de relações”.(BRAUDEL, 1985: 18). Através de relações cotidianas pode se estabelecer uma série de elementos, tais como: hábitos alimentares, vestuários, vocabulários e entre outros que caracteriza o cidadão e a cidadã por meio dos hábitos de consumo.

No Brasil, apesar da grande diferença temporal em relação à origem e desenvolvimento das cidades, o surgimento do mercado possui semelhanças com aqueles surgidos no contexto dos países do chamado Velho Mundo. No fim do século XVIII e ao longo do século XIX surgiram vários núcleos urbanos e, por conseguinte, mercados neste país. A

partir do século XIX, esses edifícios passam a ser pensados de forma a aperfeiçoarem as relações de consumo agregando novos usos ao programa de necessidades, preocupados com os padrões de conforto ambiental até então, inéditos. O sistema estrutural de ferro começa a ser utilizado gerando maior flexibilidade aos grandes vãos.

O Mercado Público Municipal pode ser entendido como um espaço social onde é possível encontrar diversos sujeitos sociais com variadas formas de expressar seu modo de viver e de observar o mundo, tornando-se um ponto de encontro entre as diversas culturas que compõem a cultura local, pois os mercados além da sua nuance econômica, podem ser analisados como local de cultura, pois não é apenas o produto que fica visível, mas também as impressões dos agentes sociais que os conceberam.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Reconhecemos o Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno como importante suporte de memória e como um patrimônio cultural fundamental para a formação das cidades, pretendemos utilizar a metodologia da Educação Patrimonial baseada na metodologia de Evelina Grunberg, Adriana Queiroz e Maria de Lourdes Parreiras Horta presente no *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999) e que propõe a Educação Patrimonial em quatro fases: observação, registro, exploração e apropriação.

A partir desta proposta metodológica, os conteúdos do Componente Curricular de História serão trabalhados partindo do cotidiano dos estudantes para problematizar o espaço que os cerca possuem diversas temporalidades e histórias. Para tanto, a realização de oficinas de Educação Patrimonial serão primordiais para testar a hipótese do trabalho: a Educação Patrimonial pode ser uma estratégia de ensino de história, tanto local quanto regional.

Para a viabilidade da pesquisa pretendemos fazer visita ao Mercado Público Municipal José Vieira Nepomuceno, fazer entrevistas com os mercantes, com professores de História do C E Arlindo Ferreira de Lucena e momentos de oficinas com os sujeitos de estudantes envolvidos na pesquisa. Todas as ações propostas utilizarão as fases da metodologia da Educação Patrimonial (observação, registros, exploração e apropriação) levando em consideração o Patrimônio Cultural e os lugares significativos encontrados dentro do espaço do Mercado Municipal. Trabalharemos também com a documentação da própria escola, o Projeto

Político Pedagógico (PPP), com o intuito de verificar o lugar do Componente Curricular de História no Currículo escolar. Propõe-se também como fontes de pesquisa fotografias, depoimentos orais e os registros produzidos pelos estudantes.

A pesquisa ainda está em fase de execução e temos um longo e árduo caminho pela frente. Como proposição didática do trabalho pretendemos construir uma cartilha sobre Educação Patrimonial para que outros docentes possam utilizar em diferentes espaços de memória.

Portanto, independentemente das estratégias metodológicas que possam surgir, o que devemos ter sempre como objetivo central é o atendimento das reais funções sociais da História que, basicamente, é proporcionar uma consciente orientação temporal aos indivíduos a partir de uma aprendizagem histórica significativa.

REFERÊNCIAS

BRANDES, Galeno Edgar. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas: Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII**, tomo 2. Tradução de Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1985. (Coleção Rumos do Mundo).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**./ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONTIJO, Rebeca. **Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como Patrimônio sociocultural**. In: ABREU, M; SOIHET, R. (Org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

CUNHA, André Victor Cavalcanti. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. **Revista de História Regional** 6 (2): 93- 112, Inverno 2001.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Histórico, conceitos e processos**. Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: IPHAN, 2013. Disponível em < [http:// portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343)> Acesso em 23/02/2019.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) 2000.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A importância da Educação Patrimonial para a preservação do Patrimônio**. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012 – e-book.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: São Paulo, n. 10, dez., p. 28. 1993.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**. Vol. 2. N. 3, p. 3 – 15. Rio de Janeiro, 1989.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.